



Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins



www.stal.pt

Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt

DECLARAÇÃO - DIA MUNDIAL DA ÁGUA 2015

Defender a água pública! Serviços públicos de água e saneamento para todos!

No próximo dia 22 de Março, assinala-se o Dia Mundial da Água. Neste dia reafirmamos que os serviços de água e saneamento são serviços públicos essenciais e direitos humanos fundamentais. Eles são condição de democracia, desenvolvimento, solidariedade, coesão social e igualdade. Por isso defendemos e lutamos por serviços públicos de água e saneamento para todos.

Água fora dos acordos comerciais

A realidade actual é imoral e insustentável. Os Objectivos do Milénio (2000-2015), no que diz respeito ao direito à água e saneamento estão longe de ser alcançados. Apesar dos progressos, 748 milhões de pessoas continuam sem acesso à água e 2,5 mil milhões sem saneamento adequado. Um cenário agravado pela privatização e por novas pressões para liberalizar e incluir os serviços de água em acordos comerciais que a União Europeia está a negociar como o Acordo de Comércio com o Canadá (CETA); o Tratado Transatlântico de Comércio e Investimento com os Estados Unidos (TTIP) e o Acordo de Comércio de Serviços (TISA). Esta nova onda de acordos é uma enorme ameaça à democracia e aos serviços públicos que tem de ser travada. O mecanismo de resolução de litígios Estado-Investidor (ISDS) é um dos aspectos mais graves. Sob este mecanismo, as transnacionais podem usar tribunais privados para processar os governos se considerarem que os seus lucros ou potenciais investimentos estão a ser afectados por nova legislação ou alterações de políticas. O ISDS fornece às empresas o poder de contestar – e potencialmente reverter – decisões dos governos, e exigir indemnizações de centenas de milhões de euros. Manter e recuperar a gestão pública da água e tornar realidade o direito humano à água e ao saneamento são motivos mais que suficientes para lutar contra estes tratados de livre comércio.

Nem centralização, nem privatização

Em Portugal, o Governo PSD/CDS acentuou a ofensiva contra a gestão municipal da água com a denominada «reestruturação do sector das águas». Um processo fortemente contestado pelos municípios assente na usurpação de competências autárquicas, nomeadamente na fixação dos preços, que passam a ser definidas pela ERSAR, e na fusão dos sistemas multimunicipais, com a criação no imediato, de três mega-empresas (Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, esta última com gestão delegada na EPAL), mantendo-se os restantes sistemas.

O Governo alega que este processo permitirá ganhos de eficiência, corrigir desigualdades entre litoral e o interior, mas a verdade é que tudo se resume à ideia de concentração de capital, de clientes e volume de negócios, mediante a apropriação dos activos municipais dos sistemas de água e saneamento e o posicionamento no acesso directo aos recursos financeiros gerados pelas tarifas pagas pelas populações, com o fim de entregar a exploração deste sector estratégico aos grandes grupos privados, tal como está a fazer com a EGF, empresa pública de tratamento e valorização de resíduos.

As ameaças em torno do acesso aos fundos comunitários e a chantagem em torno das dívidas dos municípios à Águas de Portugal integram o leque das manobras para obrigar as autarquias a ceder à estratégia centralizadora e privatizadora. O facto de a reforma da rede de águas e de tratamento de resíduos, no valor de 3,7 mil milhões de euros, ser apresentada como uma PPP, no âmbito do chamado “plano Juncker”, beneficiando assim e uma vez mais os apetites insaciáveis do capital financeiro e os interesses privados, é disso exemplo.

Aumento das tarifas

Este é um processo que levará a uma subida brutal e generalizada das tarifas de água e saneamento em todo o país. No litoral, como resultado da fusão de sistemas multimunicipais. Nos casos de Oeiras, Cascais, Amadora e Sintra, os aumentos previstos até 2019 são respectivamente, de 30% e 75%, na água e no saneamento. Em Loures, os aumentos são de 14,22% e de 23,7% para o saneamento e a água, respectivamente. No Porto, a subida prevista é de 40% em 5 anos. Quanto ao interior, os autarcas lembram que o que baixará é a tarifa da «alta», mas tendo em conta as imposições do Regulador para a recuperação de custos e o facto de os sistemas do interior serem deficitários, o resultado é que a maioria dos municípios terão de subir as tarifas, em alguns casos, bem mais do que no litoral.

Estes aumentos terão fortes repercussões sociais na vida de milhares de portugueses, num quadro em que são muitas as famílias que não conseguem pagar a conta da água (luz e gás), como acontece por exemplo em Lisboa. Assim, em 2014, a EPAL cortou a água a 10.059 clientes e rescindiu contrato com 3.583 por falta de pagamento. Embora se tenha registado um decréscimo de 17% dos cortes efetivados face a 2013, os avisos de corte subiram 9%, e mais de três mil famílias recebem apoios, dados que ilustram as graves consequências sociais da política de empobrecimento levadas a cabo pelo actual executivo.

Trabalhadores ameaçados

A reestruturação em curso terá igualmente fortes consequências para os trabalhadores. As fusões/integrações, não criam empregos. Veja-se o caso da Águas da Região de Aveiro, empresa do grupo Águas de Portugal gestora de vários sistemas municipais, que tendo começado com 450 trabalhadores (2010), tem hoje 277 trabalhadores (2015).

Os estudos de viabilidade para a criação destas empresas apontam mesmo para a redução do número de trabalhadores, como é o caso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo que prevê uma diminuição de 234 trabalhadores ao longo do prazo de concessão. É aliás sintomático que as propostas de decreto-lei dos novos sistemas nada digam quanto à situação dos trabalhadores.

É evidente que a situação laboral se agravará significativamente com o avanço da reestruturação/privatização do grupo Águas de Portugal, provocando mais instabilidade e insegurança laborais e agravando a exploração das mais diversas formas: aumento da mobilidade geográfica entre empresas; aumento do horário de trabalho, através da imposição dos bancos de horas e adaptabilidades; aumento da flexibilidade e polivalência; desinvestimento na saúde e segurança no trabalho, etc. Num cenário de verticalização dos serviços, as ameaças para os trabalhadores dos municípios seriam ainda maiores.

Remunicipalizar é o caminho

Como a realidade tem demonstrado o acesso à água e ao saneamento não pode ser garantido por empresas privadas cujo objetivo é o lucro. Em resposta às dramáticas consequências da privatização, nos últimos 15 anos, mais de 180 cidades e comunidades em 35 países tomaram de volta o controle de seus serviços de água, como conclui o documento elaborado por três organizações internacionais (disponível

em www.stal.pt). Seja qual for a sua forma ou escala, a remunicipalização é uma reacção das populações contra a insustentabilidade da privatização. As razões que levaram à remunicipalização um pouco por todo o mundo são semelhantes: desempenho medíocre das empresas privadas, sub-investimento, disputas sobre custos operacionais e aumento brutal de preços, dificuldade em fiscalizar os operadores privados, falta de transparência financeira, despedimentos e deficiente qualidade de serviço.

Afinal, razões iguais às nossas, que sempre denunciámos, e que a Auditoria do Tribunal de Contas a 19 concessões privadas de sistemas em baixa divulgada em Fevereiro de 2014 confirmou, comprovando que é urgente por fim às privatizações/concessões terminando com contratos abusivos e ilegais que lesam gravemente as autarquias e populações.

Intensificar a luta, construir a alternativa

No Dia Mundial da Água, reafirmamos que a água, os serviços de água, são património comum, que não pode ser privatizado, seja sob que forma for. O acesso à água e ao saneamento é um direito humano fundamental. Como tal, a propriedade e gestão destes serviços essenciais devem manter-se sob controlo dos poderes públicos democraticamente eleitos e em particular, sob a esfera municipal, cuja autonomia tem de ser respeitada e reforçada com a disponibilização dos meios humanos e financeiros adequados. Esta é melhor garantia de defesa da água pública e dos interesses das populações e dos trabalhadores.

Em breve os portugueses serão chamados às urnas para escolher um novo Parlamento e um novo Governo. Nesse combate, tudo faremos para esclarecer e mobilizar os trabalhadores e as populações para derrotar as políticas de empobrecimento e privatização que têm sido impostas e de contribuir para a construção de uma verdadeira política de esquerda e soberana, que consagre o direito humano à água, reforce e valorize a gestão pública destes serviços, promova o emprego com direitos e uma política tarifária justa e solidária que garanta a todas as pessoas o acesso à água e ao saneamento em condições de igualdade.

Lisboa, 20 de Março de 2015

A Direcção Nacional do STAL